

## 10/05/2023 10:09 - MP-RO dá parecer favorável para revogar prisão do vereador apontado em suposto estupro



O Ministério Público de Rondônia (MP-RO) manifestou-se favorável nesta terça-feira (9) ao pedido de revogação da prisão preventiva do vereador Lauro Costa Kloch, investigado por suspeita de estupro de vulnerável. [O parlamentar de Cacoal \(RO\) foi preso em 2 de maio](#) e atualmente está recluso na Sala de Estado-Maior, em Porto Velho.

Depois da prisão de 'Garçom do Semáforo', como o vereador é conhecido, [o advogado entrou na justiça para pedir a revogação da prisão](#), alegando não haver provas suficientes que coloquem Lauro como autor do crime.

O MP se manifestou favorável nesta terça-feira ao pedido de revogação apresentado pela defesa. A promotoria ressaltou que não vê elementos para manter o vereador preso, no entanto vai pedir para a Justiça manter restrições a Lauro durante a investigação, como a proibição de frequentar bares ou sair de Cacoal.

Segundo apurou a Rede Amazônica, a vítima do suposto estupro fez um pronunciamento para o judiciário, onde afirmou que nunca houve nada entre ela e o vereador Lauro Kloch. Segundo ela, não houve ato sexual ou beijo.

A Justiça de Rondônia ainda não decidiu sobre o caso do vereador Garçom do Semáforo.

### Prisão do vereador

Uma investigação da Polícia Civil apontou que Lauro pode ter estuprado uma vítima de 13 anos no ano de 2014, na cidade de Itapuã do Oeste (RO).

O mandado de prisão contra Kloch foi expedido pela Vara de Proteção à Infância e Juventude de Porto Velho, que deu a ordem para recolher o vereador "à qualquer unidade prisional". A prisão foi baseada na possibilidade de fuga do vereador, para "assegurar a aplicação da lei penal".

Lauro Kloch, mais conhecido como "Garçom do Semáforo", foi eleito vereador de Cacoal em 2020, com quase 700 votos. O nome surgiu porque ele trabalhava vendendo itens no semáforo, como água. Em 2022, Kloch concorreu como deputado estadual e ficou como suplente.

Lauro foi preso dentro da Câmara de Cacoal no dia 2 de maio. Um dia após sua prisão, a Justiça aceitou transferir o parlamentar para uma Sala de Estado-Maior, localizada em Porto Velho.

Fonte: Rede Amazônica